



GAMBA
Grupo Ambientalista da Bahia

Relatório de Atividades 2017

O Gambá

O Gambá surgiu do bate-papo apaixonado de alguns sonhadores que desejavam rever as relações entre os seres humanos e a natureza. Era começo dos anos 80 e chegava ao fim a fase da ditadura militar, marcada pela repressão às liberdades políticas, quando as pessoas eram proibidas de se organizar em associações e sindicatos. Muita gente que tinha sido duramente reprimida por ser contra o regime militar encontrou na militância pela preservação do meio ambiente um novo ânimo e uma nova disposição de luta por mudanças na sociedade.

Naquele momento, estourava no mundo a preocupação com o futuro do planeta já que a natureza começava a dar sinais claros de que os recursos naturais não eram infinitos como se acreditava. Era urgente ter o meio ambiente equilibrado, livre da ganância do consumismo exacerbado e da insensatez humana.

O sonho daquelas pessoas que se reuniam regularmente em praças, parques, playgrounds e em qualquer lugar possível foi concretizado no dia 14 de abril 1982, quando os 11 sócios fundadores assinaram a ata de fundação da organização. A partir daí, o grupo cresceu em número de associados, na seriedade com que trabalha as causas ambientais, na sua postura ética, nos seus erros e acertos e na sua ousadia.

O nome do grupo foi sugerido por um dos associados. Um nome polêmico, pois muitos insistiam em dizer “gâmba”, mas acabou prevalecendo a sigla Gambá, fazendo lembrar aquele bichinho, aparentemente inofensivo que, ao ser provocado, solta um cheiro forte capaz de afugentar até animais valentes, como a onça. O Gambá tem enfrentado e incomodado, ao longo de sua história, muitos “bichos” inconvenientes, por

não se comportarem de forma ecologicamente correta.

As primeiras lutas do Gambá foram para chamar a atenção da sociedade baiana para a riqueza do seu patrimônio natural, principalmente com relação ao esgotamento de bens como a água, a Mata Atlântica e os seus ecossistemas associados, como dunas, lagoas e manguezais, além dos graves problemas causados pela poluição industrial, pela falta de saneamento básico, pelo uso de agrotóxicos, pela poluição das praias, rios e lagoas, pela exploração de urânio e suas conseqüências.

Além de sacudir a sociedade para o despertar diante de tantos problemas ambientais, através de ações educativas e de mobilização, o Gambá atuou firmemente frente aos poderes públicos para a criação de instrumentos legislativos, executivos e judiciários que garantissem um modelo econômico baseado no desenvolvimento sustentável e na proteção do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Nos primeiros anos as atividades do Gambá foram marcadas por denúncias e protestos. Aos poucos o grupo engajou-se também nas discussões das políticas públicas de forma mais propositiva, participando de conselhos e comissões, nas três esferas governamentais.

No decorrer da história, o amadurecimento do grupo aponta para o desenvolvimento de projetos demonstrativos como uma estratégia de ação que visa superar a simples denúncia e instaurar práticas sustentáveis nos aspectos sócio-culturais e econômicos, especialmente nas áreas de conservação de ecossistemas, acompanhamento de políticas públicas e formação de cidadania.

Quem somos:

Coordenação e conselheiros:

Conselho Diretor

Leana Mattei
Maria Alice Cintra (Lilite)
Severino Agra Filho

Coordenação Executiva

Milene Maia Oberlaender
Renato Pêgas Paes da Cunha

Conselho Fiscal

Titulares

Maria de Fátima do Nascimento
Maria Margarida Braga Serrão
Vitório Paulo da Silva

Suplentes

Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite
Eduardo Cardoso Cesana
Manoel Barreto da Rocha Neto

Conselho Consultivo

Alethea Yoemi Fuscaldo
Ana Angélica
Ana Cláudia Fandi
Anselmo Serrat
Avelar Luiz Bastos Mutim
Fernando Martins Carvalho
Flávio Pantarotto
Jean François Timmers
Juca Ulhôa Cintra Paes da Cunha
Luis de Lima Barbosa
Luiz Roberto Moraes
Marcia Engel
Maria Lúcia Mendes de Carvalho
Mariana Matos Santana
Manuela Torres Tambellini
Normando Batista Santos
Patrícia Campos Borja
Pedro Ricardo Silva Moreira
Rogério Mucugê Miranda
Rubens Nunes Sampaio
Virgínia Yoemi Fujiwara

Equipe em 2017:

Ailton Gonçalves Nascimento – Viveirista

Ana Claudia Fandi – Bióloga

Ananda Ribeiro Mensitieri Orlando – Bióloga

Antônio Mácio Santos Oliveira – Viveirista

Cíntia Regina de Jesus Hipólito – Assessora administrativa financeira

Cloves Nascimento dos Santos – Viveirista

Daniele de Souza Quintela – Assessora administrativa financeira

Juliana de Melo Leonel Ferreira – Assessora de Comunicação

Luciano Amorim Cortes – Gerente do CPMVS

Maria Alineia Lopes Nunes Vieira (Mara) – Serviços gerais

Oswaldina Rocha dos Santos Cruz – Mobilizadora de campo

Siga-nos na rede!



www.gamba.org.br



Gambá - Grupo Ambientalista da Bahia

Índice

Programa Conservação de Ecossistemas/Negócios

Socioambientais

Produção de mudas nativas de Mata Atlântica e Caatinga.....	7
Vivências na Serra da Jiboia.....	7

Programa de Acompanhamento de Políticas Públicas

Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica	9
Observatório das Políticas Públicas – Salvador.....	10
Monitoramento do processo de licenciamento ambiental do Complexo Portuário Porto Sul.....	11
Observatório do Código Florestal.....	12
Rede de Ongs da Mata Atlântica.....	13
Articulação Antinuclear Brasileira	14

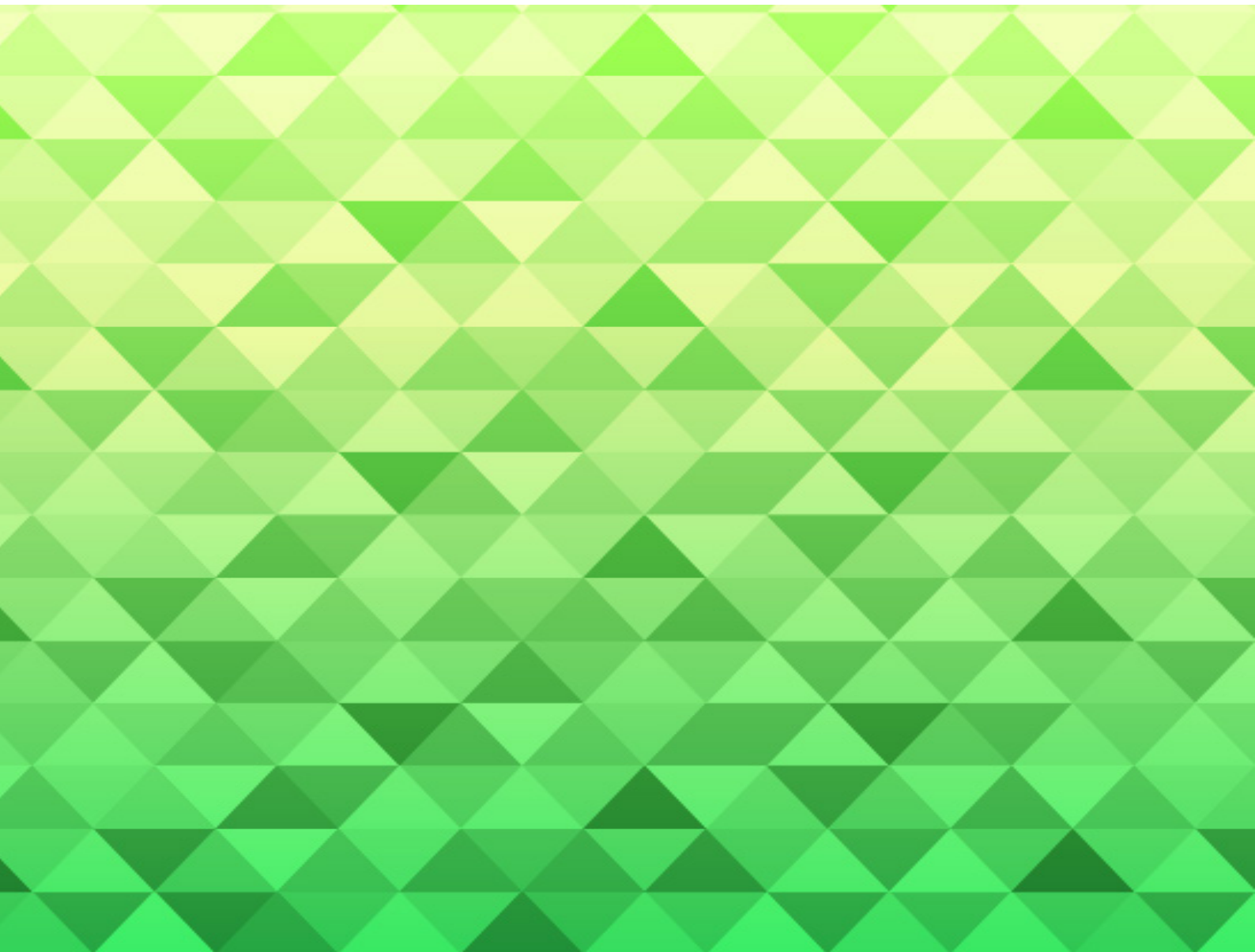
Programa de Formação da Cidadania

Rede de Educação Ambiental da Bahia.....	16
Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia.....	16
Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia.....	17

Comunicação

A comunicação do Gambá em 2017.....	19
-------------------------------------	----

Programas
**Conservação de
Ecossistemas**
e
**Negócios
Socioambientais**



Produção de Mudanças Nativas de Mata Atlântica e Caatinga

O Viveiro de Mudanças Nativas do Gambá está instalado no Centro de Pesquisa e Manejo da Vida Silvestre, em Elísio Medrado. A estrutura encaixada na Serra da Jiboia permite a produção de 100.000 mudas ao ano e atualmente temos a capacidade de manejar cerca de 100 espécies nativas de Mata Atlântica e Caatinga.

A produção de mudas nativas realizada no viveiro do Gambá encaixa-se tanto no programa de conservação de ecossistemas, já que são destinadas a restauração ecológica, quanto no programa de Negócios Socioambientais, pois os recursos das vendas são

aplicados na continuidade das atividades do Gambá.

Em 2015, o Gambá teve a parceria da empresa SER, que realizou um estudo de custos de produção, mercado e formatou um plano para a produção e venda de mudas. Com o estudo chegamos a uma tabela de preços e passamos a divulgar o serviço.

Em 2017, as vendas alcançaram cerca de R\$ 30.000,00 para diferentes interessados. A equipe de viveiristas continuou no processo de coleta de sementes, na produção de mudas e no cuidado e manutenção do viveiro.

Vivências do Gambá

Outra possibilidade de negócio socioambiental identificada durante a incubação com a Ser foi a realização de cursos de formação, aliado ao turismo de experiência no CPMVS.

O Gambá tem experiência em oferecer cursos variados e receber estudantes e pesquisadores no CPMVS, o desafio é transformar essa experiência em uma atividade rentável.

Para aperfeiçoar o receptivo, está sendo contruído no CPMVS um espaço de

alojamento para até 20 pessoas. Hoje temos 7 leitos em quartos e quando o grupo ultrapassa essa quantidade de pessoas a acomodação é feita em barracas. A reforma foi iniciada com recursos do Projeto PAAS, mas estes não foram suficientes e vai ser necessária complementação para finalizar a obra.

Esta é umas das prioridades para alavancar o negócio das vivências do Gambá e planeja-se realizar uma campanha de financiamento coletivo para garantir os recursos.

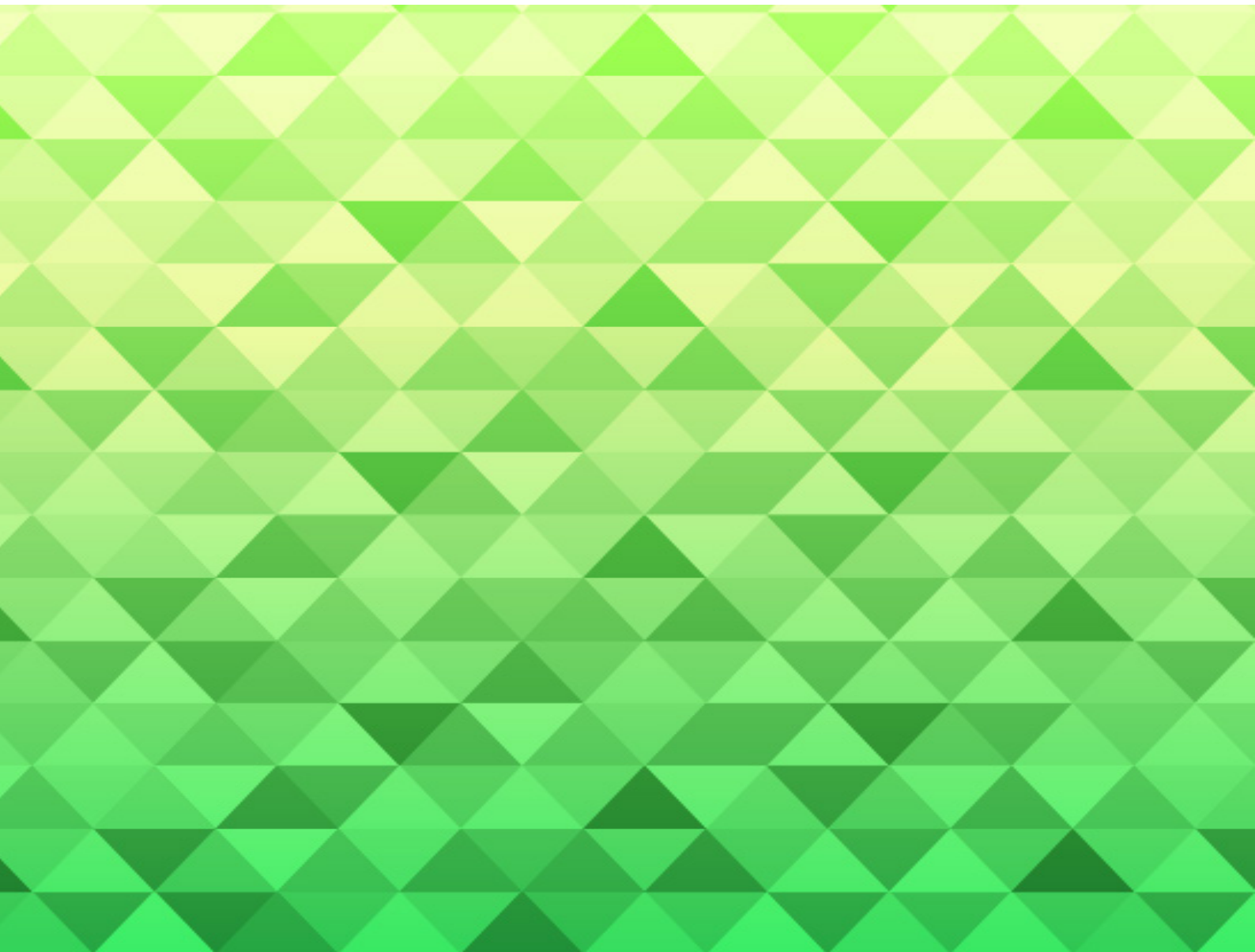


Viveiro do Gambá



Visita dos alunos do Colégio Estadual João Cardoso dos Santos, do Município de Valença em 01/12/17

Programa
**Acompanhamento
de Políticas Públicas**



Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica

PMMA

O Gambá está engajado na estratégia de elaboração e implementação dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação de Mata Atlântica (PMMA), ferramenta de planejamento territorial prevista na Lei da Mata Atlântica.

Elaborou, inicialmente, os PMMAs de Ilhéus (BA) e Gloria do Goitá (PE) e realizou capacitações para cerca de 40 representantes de municípios do Nordeste, entre 2011 e 2013, com apoio do Ministério do Meio Ambiente através do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). Além disso, contribuiu na definição do roteiro metodológico para elaboração dos PMMAs.

Em 2013/14, em parceria com a ONG Conservação Internacional, Fundação SOS Mata Atlântica, Prefeitura e Movimento de Defesa de Porto Seguro, participou da elaboração do plano deste município.

De março de 2014 a 2017 o Gambá elaborou 9 planos em municípios do Sul e Extremo Sul da Bahia, de forma integrada com os Conselhos de Meio Ambiente dos municípios, poder público municipal, além de diversos segmentos da sociedade civil.

A região do Sul e Extremo Sul da Bahia mantém importantes remanescentes florestais e ecossistemas associados que compõem o Corredor Central da Mata Atlântica,

além de ser considerada Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Encontra-se nesta região, o maior fragmento de Floresta Atlântica do nordeste, bem como uma importante concentração de áreas protegidas, entre unidades de conservação públicas e privadas e Terras Indígenas.

A elaboração dos PMMAs nos 9 municípios, é uma grande oportunidade de efetivar o uso sustentável dos recursos naturais da região, através de um planejamento participativo e integrado por meio da análise da paisagem da microrregião, além de propiciar a gestão regional por meio de um instrumento de governança ampliado.

Os municípios contemplados por este projeto são: Eunápolis, Itabela, Guaratinga, Itagimirim, Itapebi, Mascote, Santa Cruz Cabralia, Belmonte e Canavieiras.

Em cada um deles foi realizada uma oficina participativa de diagnóstico e outra para a construção do plano de ação. Além disso, em todos eles o Plano foi apresentado e aprovado no Conselho Municipal de Meio Ambiente ou homólogo e, por fim, lançado em evento público.

Em agosto de 2017 foi realizada uma oficina de integração regional, para que as gestões municipais planejem ações integradas para a gestão ambiental regional.



Participantes da oficina de integração regional, em Porto Seguro



Lançamento do PMMA de Canavieiras

Observatório das Políticas Públicas Salvador

Essa iniciativa visa realizar o monitoramento da gestão ambiental e urbanística de Salvador.

Para atender os objetivos específicos, foram ou estão sendo realizadas as seguintes atividades:

- Análise do marco legal ambiental e urbanístico e sugestões de melhorias
- Análise e acompanhamento de processos, cumprimento de condicionantes e fiscalização do licenciamento ambiental.
- Articulação política visando controle social das políticas públicas de desenvolvimento municipal.

Para viabilizar estes objetivos, temos desenvolvidos as seguintes estratégias:

- Participação em colegiados ambientais como o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cepam), Comitê da Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe (CBHRNI), Comitê da Bacia do Recôncavo Sul (CBHRS) e o Conselho Gestor do Parque de Pituvaçu.
- Participação em fóruns, redes e movimentos de articulação da sociedade civil com atuação em Salvador, em especial o Fórum A Cidade Também é Nossa e o Move-

mento Vozes de Salvador.

- Articulação permanente com o Ministério Público Estadual e a Procuradoria da República.

- Diálogo constante com os diversos segmentos públicos, privados e da sociedade civil buscando fomentar uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento urbano e ambiental de Salvador, em especial a proposta da Prefeitura de Salvador denominada Salvador 500.

- Participação em eventos sobre a gestão ambiental e urbanística de Salvador e outros afins.

- Organização do seminário Rios Urbanos de Salvador, em parceria com a Abes e Movimento Jaguaribe Vivo.

- Monitoramento do projeto Macro-drenagem da Bacia do Rio Jaguaribe, com uma crítica a concepção do projeto.

- Participação no Conselho Gestor e monitoramento constante da gestão do Parque de Pituvaçu, em articulação com o movimento Viva o Parque de Pituvaçu.

- Monitoramento da elaboração e aprovação do Plano de Mobilidade Urbana de Salvador.



Manifestação realizada na governadoria do Estado contra o abandono do Parque de Pituvaçu



Seminário Rios Urbanos de Salvador e o Direito à Cidade Sustentável

Monitoramento do processo de licenciamento ambiental do **Complexo Portuário Porto Sul**

O Gambá segue monitorando o processo de licenciamento ambiental do Complexo Portuário Porto Sul, empreendimento que está previsto para o Sul da Bahia, no município de Ilhéus. Trata-se de um complexo intermodal, envolvendo a construção de um porto privado, de responsabilidade da Bahia Mineração (Bamin), e de um porto público, ainda em planejamento.

No porto público haverá um píer e uma retroárea da Ferrovia Oeste – Leste (FIOL), de responsabilidade da estatal Valec, e, possivelmente, indústrias também virão atraídas por este complexo. O objetivo inicial é escoar a produção de minério de ferro da mina que a empresa Bamin está implantando na cidade de Caetitê, no Sudoeste do Estado.

A área definida para a instalação do Complexo Intermodal Porto Sul está inteiramente incluída na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela Unesco. Mais especificamente, ela está situada na Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa Encantada e Rio Almada, ampliada, em

2003, com o objetivo de conservar os valiosos ecossistemas remanescentes da Mata Atlântica na bacia do Rio Almada: sua nascente, os manguezais e áreas úmidas associadas a seu estuário. Além disso, devido ao seu patrimônio natural, a região tem outra vocação econômica, baseada no cultivo do cacau e com crescimento do turismo ao longo dos últimos 10 anos.

No entanto, mesmo com todos esses predicativos, com o empreendimento sendo criticado por especialistas e alvo de questionamentos judiciais dos Ministério Público Federal e do Estado da Bahia, o IBAMA emitiu a licença de implantação que vem sendo bastante questionada.

O Gambá tem acompanhado e busca interferir no licenciamento, nas iniciativas judiciais, além de mobilizar e fortalecer as entidades locais que questionam o empreendimento - em especial o Movimento Sul da Bahia Viva do qual fazem parte o Instituto Floresta Viva, Instituto Nossa Ilhéus, CPT, entre outros.

Observatório do Código Florestal

O Gambá é membro colaborador deste coletivo de ONGs que tem como objetivo monitorar a implementação da nova Lei Florestal (Lei Federal 12.651/12) em todo o país. E, sobretudo, acompanhar o desempenho dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) e de seu principal instrumento, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), com a intenção de mitigar os aspectos negativos do novo Código e evitar novos retrocessos.

É um espaço que tem gerado dados, análises e informações que promovam a transparência e qualifiquem os debates na sociedade sobre a implementação do novo Código Florestal. O website e as redes sociais do Observatório pretendem ser um instru-

mento de concentração e disseminação de informações sobre a regularização ambiental de imóveis rurais no Brasil. Acesse e participe: www.observatorioflorestal.org.br

Em 5 de maio de 2016, venceu o prazo para que os proprietários realizassem seu cadastro no CAR. Devido à baixa adesão ao programa, a obrigatoriedade do cadastro foi adiada primeiro para o fim de 2017 e depois para 31 de dezembro de 2018.

Na Bahia, dados divulgados pelo Inema em meados de 2017, dão conta que cerca de 21% das propriedades do estado realizaram seu cadastramento no CEFIR, como é chamado o CAR por aqui.



Evento promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista em parceria com o Observatório do Código Florestal na Assembleia Legislativa da Bahia.

Rede de Ongs da Mata Atlântica

RMA

O Gambá tem atuado como membro da coordenação nacional na retomada da mobilização e atuação política da rede.

Atualmente, a RMA conta com aproximadamente 150 instituições afiliadas e, além de uma lista de emails, conta com um site que foi utilizado como plataforma para atualização, recadastramento e cadastramento das instituições que atuam nos 17 estados brasileiros, detentores do bioma.

Estas ferramentas estão possibilitando uma maior articulação e visibilidade das atividades que estão acontecendo na Mata Atlântica, na política socioambiental, além de interação com as instituições da rede. É um espaço para ser ocupado por todos nós que atuamos na Mata Atlântica. Vamos utilizá-lo: www.rma.org.br

A RMA tem buscado uma interlocução

direta com alguns parlamentares no Congresso Nacional, em conjunto com outras entidades do campo socioambiental. Esse diálogo busca, principalmente, combater os retrocessos nas leis e políticas ambientais que vêm sendo promovidas pela bancada ruralista.

Em 2015 o Gambá foi eleito para o Conselho de Coordenação Nacional, assento que manteve em nova eleição em 2017.

Além disso, o Gambá tem participado de diversas outras atividades no âmbito da rede, tratando da temática Plano Municipal de Mata Atlântica, onde estamos contribuindo com a nossa experiência para o aprimoramento deste instrumento de gestão territorial.



Participantes do encontro, em São Paulo, que elegeu a coordenação da Rede Mata Atlântica para o biênio 2017-2019

Articulação Antinuclear Brasileira

AAB

O Gambá está envolvido em ações antinucleares desde a década de 90, quando surgiu a iniciativa da exploração do urânio em Caetité. De lá para cá, vem participando de uma série de atividades nacionais, regionais e locais alertando para os perigos do ciclo nuclear, desde a exploração do urânio passando pelo transporte, beneficiamento, usina nuclear, lixo atômico até o uso bélico desta energia.

Em 2011, em dois encontros nacionais, um no Rio de Janeiro e outro em Olin-da, organizados pela Fundação Heinrich Boll em parceria com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, quando o Gambá esteve presente, foi criada a Articulação Antinuclear Brasileira (AAB), integrada por ativistas, entidades, movimentos socioambientais e

pesquisadores.

Atualmente, o Gambá é um dos facilitadores da AAB, junto com a Associação Movimento Paulo Jackson e com o Movimento Ecosocialista, de Pernambuco, Sapê, de Angra dos Reis, entre outros.

A AAB dedica-se a difundir os argumentos em defesa do uso de energias renováveis e as razões pelas quais combate o Programa Nuclear Brasileiro, imposto pelo regime militar e que o atual governo insiste em dar continuidade.

Em agosto de 2017 participamos em Goiânia do evento que marcou os 30 anos do acidente nuclear do Césio 137. Foi um importante momento para chamar a atenção dos perigos da radiação.



Reunião de articulação em Goiânia entre membros da AAB e associações de vítimas do Césio



Intervenção realizada para lembrar os 30 anos do acidente com o Césio

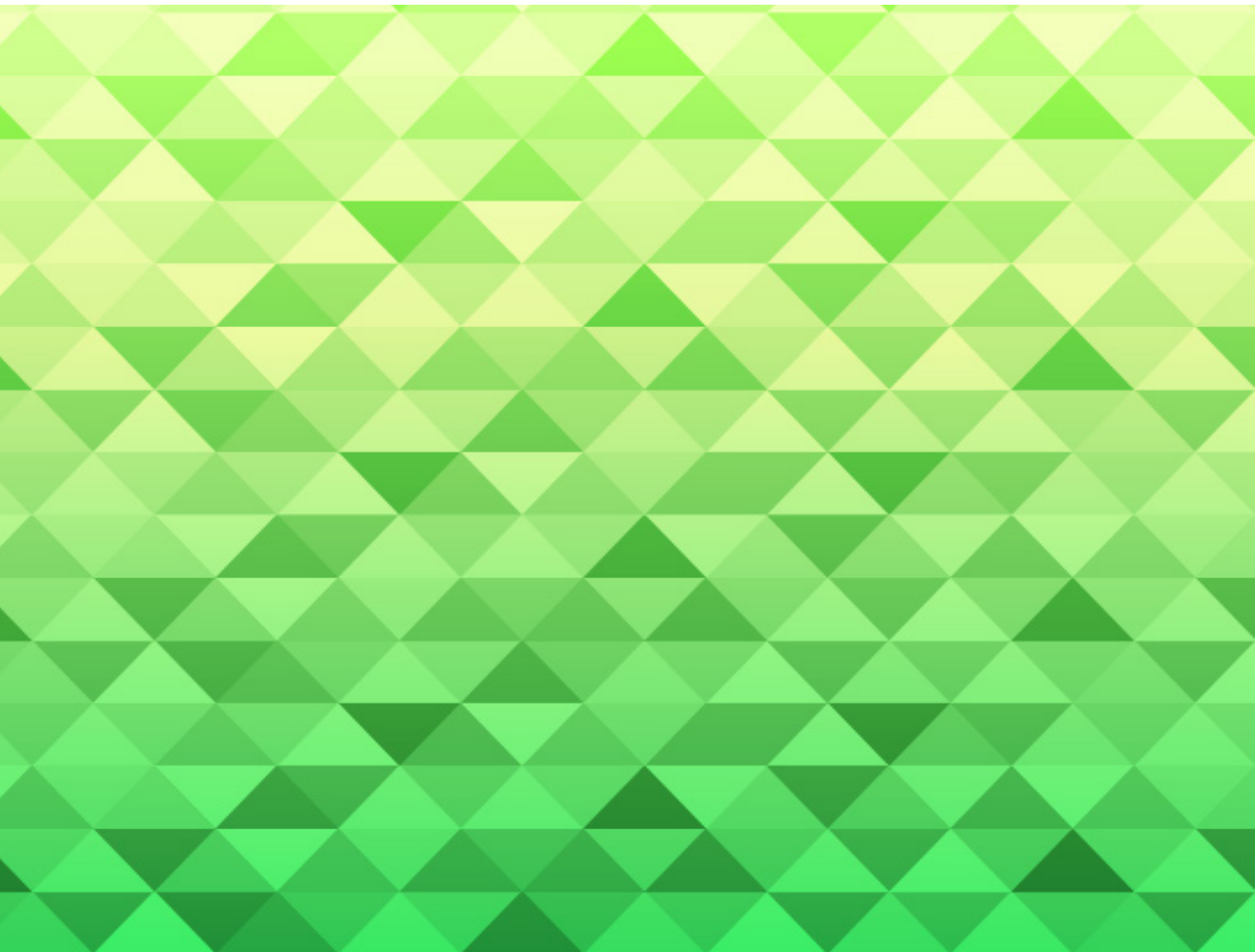


Exposição Hiroshima Nunca Mais, realizada a Assembleia Legislativa de GO por Sapê e AAB



Audiência Pública sobre os direitos das vítimas do Césio realizada em Goiânia

Programa
**Formação da
Cidadania**



Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia

CEPRAM

O Gambá é membro titular do Cepram, representando o segmento das ONGs ambientalistas do mandato 2017/18.

O Cepram tem perdido muito sua força e o exercício do controle social com a retirada de algumas atribuições ocorrida na mudança da lei estadual de Meio Ambiente.

A principal perda foi a do papel licenciador. Ainda que se reconheça a necessidade de revisão nos procedimentos de licen-

ciamento, essa era uma atribuição que tinha importância para a participação social na gestão ambiental.

Um dos argumentos colocados para esta supressão foi dar mais espaço nas reuniões para a formulação das políticas públicas, o que na realidade não ocorreu. A pauta das reuniões plenárias tem se resumido basicamente à análise de recursos de infrações.

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia

CIEA- BA

A CIEA-BA é um espaço público colegiado, estadual, deliberativo no seu âmbito, constituído pelo decreto nº 9.083 de 2004 e reafirmado na Lei Estadual do Meio Ambiente, nº 10.431/2010, que tem como focos fundamentais a elaboração e o acompanhamento da implantação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental, na

Bahia, de forma descentralizada, democrática e participativa.

No ano de 2017 o Gambá continuou participando das atividades da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia (CIEA-BA), como convidado colaborador, sendo representado por Lilite Cintra, do Conselho Diretor da organização.

Redes, Coletivos e Colegiados dos quais o Gambá faz parte:

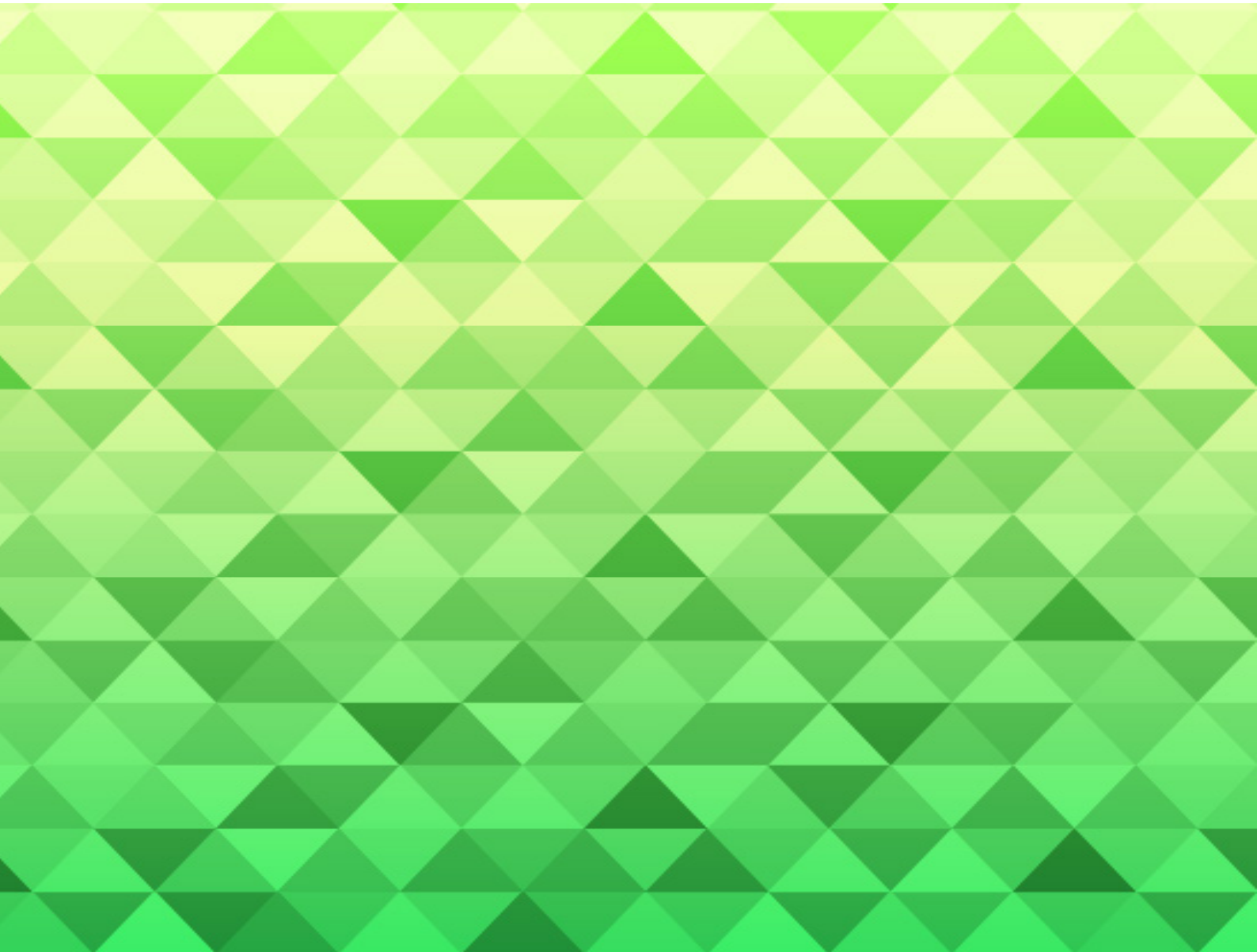
Redes e Coletivos:

- Abong
- Rede de Ongs da Mata Atlântica
- Fórum Brasileiro de Ongs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- Rede Brasileira de Justiça Ambiental
- Articulação Antinuclear Brasileira
- Fórum a Cidade Também é Nossa
- Movimento Sul da Bahia Viva
- Reaba
- Rebea
- Coesa - Conselho das Entidades Socioambientais da Bahia

Colegiados:

- Cepram - Conselho Estadual do Meio Ambiente
- CIEA (como convidado)
- Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- Subcomitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Litoral Norte
- Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Norte e Inhambupe
- Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul
- Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santa Teresinha
- Conselho Gestor do Parque de Pituauçu

Comunicação



A comunicação do Gambá

A assessoria de comunicação é responsável por realizar e apoiar os processos comunicativos externo e interno da instituição, difundindo as atividades, discussões e valores do Gambá para a sociedade e também facilitando a comunicação entre os membros da equipe, conselheiros e associados. Além dessas demandas permanentes, os projetos em execução têm suas necessidades específicas de material de comunicação.

A comunicação do Gambá com seu público externo é realizada através dos seguintes canais: site institucional, fanpage no facebook, perfil no twitter e informativo mensal por email, o Fala Gambá.

Nosso site produziu e publicou 24 notícias durante 2017 relatando nossas atividades ou de parceiros.

O acesso do público ao Gambá tem sido feito através de telefone, facebook, email e, mais raramente, em visitas presenciais ao escritório de Salvador e na base de Elísio Medrado. Os principais tópicos citados nesses contatos são: demanda por compra de mudas, informações sobre a instituição

para trabalhos acadêmicos e oferta de trabalho voluntário.

No Facebook, em 2017 tivemos um aumento de 827 seguidores, que são as pessoas que recebem o conteúdo postado. A instituição também continua sendo referência na indicação de fontes para as matérias sobre meio ambiente da imprensa local de Salvador.

Alguns desafios colocados para a comunicação daqui para frente:

- Reestruturar e modernizar o site do Gambá;
- Banco de imagens: foi implementada uma plataforma de banco de imagens que precisará ser substituída em 2019, ainda é necessário alimentar e organizar o acervo histórico do Gambá;
- Criar uma estrutura que permita responder às ofertas de trabalho voluntário;
- Realizar campanha de doação de recursos para a instituição, principalmente para financiar a manutenção do viveiro e plantios de mudas na região do Recôncavo Sul.